

ANEXO XVII do Decreto 2.474/2018

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Parecer nº. 001/2021	Nº Processo Administrativo : 003/2020	Data Recebimento da Prestação de Contas na Unidade de Controle Interno : 29/03/2021
De: Unidade de Controle Interno		
Para: Unidade - Secretaria Municipal de Assistência Social		
() Prestação de Contas Parcial - Qual parcela?		(X) Prestação de Contas Final
Número da Parceria: Termo de Fomento nº. 003/2020	Período a que se refere à prestação de contas: Exercício 2020	Período de Vigência 06/02/2020 à 31/12/2020
Nome da OSC: CENTRO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA DE CONQUISTA MG CNPJ: 03.577.215/0001-68 Objeto da Parceria: a presente parceria tem por objeto a atuação na área de apoio, conscientização e criação de mecanismos e prevenção quanto ao uso excessivo do álcool.		
Valor total da parceria (R\$) R\$ 10.000,00	Valor da parcela repassado (R\$) R\$ 10.000,00 Extrato dias: 30/03, 15/04, 11/05, 10/06, 08/07, 17/08, 10/11, 16/11 e 08/12.2020.	Valor da parcela comprovadamente utilizado (R\$) 2.873,92
Valor da aplicação financeira (R\$) 0,00 Não demonstrado	Contrapartida (R\$) R\$ 0,00	Devoluções efetuadas (R\$) 7.126,32 em 22/01/2021 (R\$) 230,81 em 04/03/2021 Total: R\$ 7.357,13
Da análise: A obrigatoriedade de prestar contas está expressa no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a sua fiscalização será exercida pelo Controle Externo e pelo Sistema de Controle Interno de cada poder. A previsão constitucional do instituto da prestação de contas dá a exata dimensão de sua importância, representando um dos principais instrumentos de accountability do uso de recursos públicos junto à sociedade. Para seu funcionamento, os Órgãos Públicos são financiados pela sociedade, o que		

Recebido
01/07/21
[assinatura]

116

torna os cidadãos os principais beneficiários dos resultados a serem gerados pela sua atuação. "Art. 70. *omissis*. Parágrafo único CF/88 - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)"

Compulsando todo o processo de prestação de contas em epígrafe, após diligência ao responsável, restaram as seguintes impropriedades:

Apontamentos:



1- Verificamos que não consta o valor da rentabilidade financeira durante o período da parceria, conforme o extrato da conta bancária juntado ao processo entre o período de 24/03/2020 à 30/12/2020 fls. 47 a 57, com a movimentação completa do período, conforme dispõe o inciso VI, art. 73 do Decreto Municipal nº. 2.474/2018. Desta forma, a OSC não demonstra se houve aplicação financeira e rentabilidade durante a execução da parceria, nos termos dos parágrafos 1º. e 2º. do art. 65, c/c com o artigo 66 do Decreto 2.474/2018, bem como os itens 3.1 e 3.2 do Termo de Fomento nº. 003/2020 firmado com a Prefeitura em 06/02/2021. Nota-se que a devolução no valor total de R\$ 7.126,32 em 22.01.2021, excede apenas R\$ 0,24 a mais comparando exatamente ao valor do repasse R\$ 10.000,00 (-) menos as despesas realizadas no valor de R\$ 2.873,92. Nesses termos entendemos que o presente procedimento de PC, seja submetido à nova análise por parte do Gestor, pelo Conselho e pelo Presidente da Instituição, sendo necessário advertir a Osc quanto a essa observância da aplicação financeira e se constado saldo de rentabilidade neste período o mesmo deverá ser devolvido ao Município nos termos do artigo 66 do Decreto nº. 2.474/2018; (grifamos)

2- Nota-se que as contas foram aprovadas com ressalva constata na Ata lavrada em 18.03.2021 fls. 99/100 e no Parecer do Gestor fls. 105 *usque* 107, pois foi constatado que devido a Pandemia do Covid 19, não houve o cumprimento das metas pré estabelecidas no Plano de Trabalho. Pois bem, analisando todo o processo esta Controladoria constatou que durante o período de execução a OSC efetuou pagamento de encargos de cobranças como (juros de mora e multas por atraso), no montante de R\$ 89,34, todas aparentemente por atraso do pagamento de "várias" contas de água (COPASA) e contas de Luz (CEMIG), ou seja, pagamento após o vencimento das faturas. Esse tipo de despesa é vedado pelo inciso IX, artigo 89 do Decreto nº. 2.474,18. As faturas de COPASA referente aos meses 05/2020 à 12/2020, e da CEMIG referente aos meses Setembro/outubro/2020 todas constam pagamento de juros e multas por atraso e nesse período a OSC já disponha dos recursos disponibilizado pela Prefeitura, já que o repasse iniciou em 30.03.2021. Portanto SMJ não teria justificativa do por que não foram efetuados os pagamentos dentro dos prazos correspondentes, o que a nosso ver, demonstra falta de Controle, Fiscalização e Monitoramento por parte dos responsáveis à época. Ex positis, necessário que seja revisto e efetuado nova análise por parte do responsável pela Gestão e pelo Conselho atual, e que seja submetido à análise jurídica quanto à possibilidade de restituição dos valores que estão em desacordo com a legislação de regência; (grifo da controladoria)


3- Orienta esta Controladoria para que seja providenciado junto à Unidade Gestora em conjunto com a Secretaria de Fazenda, quanto a atualização no Web Portal do Municipal das informações objetivando o cumprimento na íntegra do art. 5º. e respectivos incisos do

117

Decreto Municipal regulamentador, bem como o cumprimento do art. 10 e 11 da Lei 13.019/2014 para todas as parcerias firmadas; (grifo da controladoria)

4- Importante juntar à pasta de prestação de contas documentos que comprovem o cumprimento do art. 7º. do Decreto Municipal nº. 2.474/2018 que assim estabelece "In Verbis" :

Art. 7º. As OSC deverão, sob suas próprias expensas, afixar placa na entrada principal de sua sede, com as informações da parceria mantida com o Município, conforme modelo constante do Anexo deste decreto, enquanto vigente o respectivo instrumento de parceria.



5- Não constamos no presente processo de prestação de contas o Balancete de PC previsto no inciso V, art. 73 do Decreto Municipal nº. 2.474/2018, bem como o inciso V, o item 9.1 da cláusula nona do Termo de Fomento nº. 003/2020.

6- Deverá ser juntado ao presente processo uma declaração expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda que houve o cumprimento e está sendo cumprido na íntegra o art. 5º. e respectivos incisos, c/c com o art. 6º. do Decreto Municipal 2.474/2018;

7- Nota-se que a OSC observou o prazo de até 30 dias para devolução do saldo remanescente dos recursos repassados conforme prevê o art. 66 do Decreto Municipal 2.474/2018, sendo a restituição no montante de R\$ 7.126,32 realizada em 22.01.2021, conforme consta às fls. 64 através da Guia de Recolhimento de Restituição.

8- Verifica-se que a OSC efetuou corretamente a devolução do montante de R\$ 230,81 em 04/03/2021 referente a tarifas bancárias (R\$ 99,00) e pagamentos incorretos (R\$ 131,81), referentes a despesas de energia durante os exercícios 2017 e 2019, pois este tipo de despesa esta vedada no art. 51 Lei 13.019/2014 c/c com o art. 65 do Decreto nº. 2.474/2018, bem como o inciso VI, item 4.2 do Termo de Fomento nº. 003/2020. (grifamos)

Conclusão:

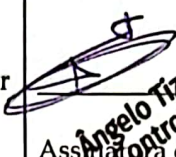
Diante dos apontamentos no processo de prestação de contas em epígrafe, verifica-se que algumas restrições decorrem da inobservância de exigências aparentemente meramente formais e outras irregularidades configuram infração às normas regulamentadoras.

Sendo assim, diante das impropriedades apontadas nos itens 01 a 08, considera-se Regular com Ressalvas a presente prestação de contas apresentada, até que seja sanada as irregularidades supracitadas, devendo esta ser submetida à nova análise por parte da Unidade Gestora na pessoa do Administrador Público e ao Gestor da parceira à época, para que providencie as correções bem como as informações necessárias e, *smj* a restituição ao erário quando cabível, objetivando regularizar os apontamentos supramencionados antes de submetê-la ao Setor Contábil para baixa e arquivamento da Secretaria de Fazenda, nos Termos do Decreto Municipal nº. 2.474/2018.

Assim dispõe dos ditames do artigo 77 da Lei 4.320/64 *In Verbis*:

Art. 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e **subseqüente**.

Este é o Parecer, *Salvo Melhor Juízo*.

<p>Data</p> <p>29/06/2021</p>	<p>Nome do analista</p> <p>Ângelo Tizo Roncolato Junior</p> <p>Controle Interno</p>	 <p>Assinatura do analista</p> <p>Ângelo Tizo R. Júnior Controle Interno</p>
-------------------------------	---	--

Ilmo Sra.

C/C

Ana Paula Pinheiro de Souza

Véra Lúcia Guardieiro

Secretária Municipal de Assistência Social Atual

Prefeita Municipal

119